



O poder da Rússia na América Latina

Autocracia global, influência regional

Claudia González Marrero e Armando Chaguaceda

Número 7

DP Enfoque n.º 7.

O poder da Rússia na América Latina

Autocracia global, influência regional

Claudia González Marrero e Armando Chaguaceda

© 2022 KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG e. V.
FUNDACIÓN KONRAD ADENAUER
Plaza Independencia, 749, esc. 201, Montevideo, Uruguai
Tel.: (598) 2902 0943/ -3974
E-mail: info.montevideo@kas.de
www.kas.de/uruguay
@KASMontevideo

Diretor

Sebastian Grundberger

Coordenador editorial

Ángel Arellano

Tradução

Livia Martins

Imagem de capa

Shutterstock

Design e diagramação

Taller de Comunicación
Obligado 1181, Montevideo, Uruguai
www.tallerdecomunicacion.com.uy

ISBN 978-9915-9444-3-2

DIALOGO POLÍTICO é uma plataforma para o diálogo democrático entre influenciadores políticos sobre temas relevantes na América Latina. Baseada nos valores de liberdade, solidariedade e justiça, constrói, ao conectar a região aos grandes debates geoestratégicos no mundo, uma janela de difusão dos projetos da Fundação Konrad Adenauer na América Latina.

DIALOGO POLÍTICO é parte do Programa Regional Partidos Políticos e Democracia na América Latina (KAS Partidos). Seu objetivo é reduzir a polarização política por meio de um debate pluralista, construtivo, informado e orientado ao bem comum, para fortalecer o centro político a partir de suas raízes sociais cristãs, liberais e conservadoras.

www.dialogopolitico.org - @dplatinamerica

GOBIERNO Y ANÁLISIS POLÍTICO AC (GAPAC) é uma organização da sociedade civil especializada em análise, assessoria política e incidência cidadã. Suas linhas de trabalho são: formação cidadã e fortalecimento de organizações da sociedade civil; análise, assessoria e planejamento governamental com ênfase em elementos locais; assistência e pesquisa em direitos humanos.

www.gobiernoyanalisispolitico.org - @GobAPAC

Índice

O poder da Rússia na América Latina. Autocracia global, influência regional	5
Resumo	5
1. Introdução	5
2. A promoção autocrática	7
3. Moldando a opinião pública: incidência em instituições culturais e acadêmicas	9
4. Impacto na arena política latino-americana	12
5. Conclusões	13
Bibliografia	15
Entrevistas	15
Claudia González Marrero	16
Armando Chaguaceda	16

O poder da Rússia na América Latina

Autocracia global, influência regional

Claudia González Marrero e Armando Chaguaceda

Resumo

As autocracias globais têm influenciado ativamente o ambiente político e econômico latino-americano. O clientelismo e a projeção de potências como a Rússia têm atuado sobre governos e sociedades em que a polarização política, o nacionalismo antiliberal e a limitação do Estado de Direito geram um terreno fértil para a expansão autoritária. Sua difusão em meios de comunicação afins e no posicionamento de notórios intelectuais tem influenciado a opinião pública a favor da legitimação da autocracia. Nesse sentido, Moscou apoiou o reconhecimento e o fortalecimento mútuo de regimes iliberais, limitando regionalmente a defesa das democracias. O presente artigo explora algumas expressões e resultados do *sharp power* russo sobre a América Latina, enfocando-se em nações com governos autoritários e espaços de (re)produção de ideias e narrativas de legitimação da ordem social iliberal.

1. Introdução

Um ecossistema (geo)político em que predominem democracias consolidadas representa uma ameaça, real ou simbólica, à sobrevivência de regimes autocráticos. Subverter essa relação e garantir o apoio de sistemas com valores políticos similares tem sido um dos objetivos da política externa de governos como o da Rússia, China, Irã e Arábia Saudita. No caso russo, **sob o governo de Vladimir Putin, as aspirações globais da potência eurasiática se traduziram em um objetivo de sua política externa, orientada a fortalecer sua capacidade de exercer uma influência autocrática por meio da mídia, colaborações acadêmicas e culturais, entre outros instrumentos de *sharp power* (poder afiado). Além disso, essa influência tem fortalecido, legitimado e expandido o raio de ação de governos autocráticos na América Latina, impactando processos domésticos e concertações regionais e internacionais democráticas.**

Atualmente, assistimos ao aumento global da cooperação autocrática (Weyland, 2017) por meio de ações e estratégias variadas – com objetivos imediatos ou de longo prazo, ideológicos ou pragmáticos, táticos ou estratégicos –, com o objetivo comum de fazer retroceder o modelo político concorrente: a democracia liberal.¹

Em alguns casos, essa difusão tende a ser considerada um processo carente de componentes ideológicos ou axiológicos. No entanto, parece plausível detectar, por trás da atual progressão da influência autocrática, um conteúdo ideológico que pode ser definido como iliberalismo. Esse fenômeno iliberal (Laruelle, 2021) resulta em uma cosmovisão flexível, que abrange atores, movimentos e regimes contrários à poliarquia

¹ Mais sobre o tema em Vanderhill (2007); Jackson (2010); Walsh e Chang (2015); Ahram e Goode (2016); Kneuer e Demmelhuber (2016); Weyland (2019).

A assinatura de acordos econômicos com a América Latina, conformados sobre a base de uma política de não ingerência e com flexibilidade dentro de um amplo espectro ideológico, ajuda a difusão política dos interesses da Rússia e da China

no mundo pós-Guerra Fria. Essa visão rejeita o multilateralismo em favor do Estado-nação. Defende um modelo de *líder e povo*, sem instituições intermediárias. Promove o protecionismo e um capitalismo oligárquico e neopatrimonialista. Privilegia uma definição essencialista da nação. Esse substrato ideológico iliberal prevalece hoje nas agendas políticas de diversos governos na Ásia, Europa Oriental e América Latina.

Em escala global e regional, **parece cada vez mais notória a difusão de ideias e valores iliberais de potências autoritárias em governos afins e sociedades selecionadas. Essa ocorre, entre outras relações e ações, por meio do exercício da diplomacia pública, influência da mídia, fluxos de investimento e desenvolvimento de infraestrutura.** Soma-se a isso o intercâmbio de tecnologia e narrativas de propaganda que difundem no território modelos cívicos, valores culturais e imaginários políticos alheios aos das poliarquias.

No caso dos países anfitriões com uma longa e robusta tradição democrática – primordialmente, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos –, subsiste a percepção de que os programas de influência russa tiveram menor alcance, dada sua limitada capacidade de estabelecer processos de comunicação e intercâmbio cultural com a maior

parte das elites e populações locais. Certamente, a promoção e a influência autoritária sofreram reveses, com a interrupção de atividades e o crescimento da crítica pública à influência autocrática em diversos países ocidentais.

No entanto, esse não costuma ser o caso em territórios afins, nos quais o governo anfitrião compartilha valores políticos autoritários e onde existem padrões históricos de proximidade (especialmente no caso da antiga União Soviética) ou nos quais convergem interesses econômicos maiores.

Alguns desses fatores aparecem nos casos de Cuba, Nicarágua e Venezuela, onde Moscou conseguiu projetar elementos de cooperação e difusão política com um impacto maior que o das potências ocidentais. Nos espaços midiáticos e de intercâmbio acadêmico e cultural, encontramos sinergias mais incisivas, baseadas em interesses específicos. Ajuda, nesse sentido, a assinatura de diferentes acordos entre a Rússia e a América Latina, conformados sobre a base de uma política de *não ingerência* e com flexibilidade dentro de um amplo espectro ideológico. Por exemplo, os programas de capacitação destinados a funcionários e gestores governamentais não promovem posições político-jurídicas consoantes com a defesa dos princípios democráticos, a defesa do Estado de Direito e a proteção da sociedade civil (Alfonso, 2021).

Essa ascensão da cooperação autocrática é determinada, portanto, por uma série de relações que ultrapassam o vínculo comercial e as alianças ideológicas tradicionais. Inclui alianças de respaldo simbólico, que são condutores de densidade importante para a difusão e transferência de normas, valores e informações (Ambrosio, 2010, p. 385) entre diferentes formas de conceber o iliberalismo. Como resultado, **as tendências autocráticas podem ser reafirmadas por meio da ênfase nos princípios de soberania e não interferência, pedra angular dos discursos nacionalistas das autocracias latino-americanas.** Testado tanto na Rússia quanto na Venezuela ou em Cuba, o princípio de segurança nacional englobado na noção estadocêntrica de soberania garantiu-lhes recursos de legitimação de sua política

externa e, no ambiente doméstico, maiores níveis de controle social.

A presença russa na América Latina busca, de maneira prioritária, a redução da posição de Washington na região e, em segundo lugar, da União Europeia. Nesse sentido, Moscou e seus países parceiros na América Latina compartilham um conceito mais estreito de soberania e desenvolvem discursos pretensamente *anti-hegemônicos*. O princípio da *autodeterminação*, habitual nessa aliança, possibilitou compartilhar informações diplomáticas e mostrar uma plataforma coordenada (em âmbitos como o Conselho de Segurança e o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas) diante de críticas e sanções da comunidade internacional, ou observações da Organização das Nações Unidas, devido a violações de direitos humanos em Cuba, Nicarágua ou Venezuela.

No caso da academia, **a influência e a cooperação autocrática permitiram limitar as críticas a esses regimes, ampliar a captação de estudantes e acadêmicos em entidades de ensino superior ou vetar profissionais, programas e instituições identificados como opostos ao autoritarismo.**

A influência intelectual não opera sozinha; geralmente, vem acompanhada de laços econômicos estreitos e posicionamentos políticos similares. No caso de autocracias como as mencionadas, esse convênio pode transcender semelhanças culturais e gerar narrativas convergentes. Um importante enclave na diplomacia pública tem sido o trabalho de organizações não governamentais organizadas pelo governo (GONGOs), que promovem agendas pró-governo. Por exemplo, o fomento de programas culturais que buscam obter o favor popular no Estado anfitrião sem prejudicar a credibilidade do Estado patrocinador.

Para os fins deste texto, entendemos a promoção e difusão autoritária como uma força com incidência prática e vocação normativa dentro da política global da Rússia, oposta aos esforços de promoção e consolidação da democracia. Concentramos nossa análise em canais de produção, divulgação e discussão pública de ideias, valores e

representações relacionadas à ordem social liberal, tendo como foco a América Latina. Incluímos opiniões de especialistas em (geo)política russa, entrevistados no âmbito da pesquisa em que se enquadra esta publicação.

2. A promoção autocrática

A *promoção autocrática* pode ser entendida como uma difusão de ideias, práticas e estruturas que se propagam de um sistema social a outro, inerentemente interdependentes, elegíveis e influenciadas entre si (Ambrosio, 2010, p. 378). Inclui formas de ajuda planejada e deliberada que implicam influência, condicionalidade e promoção de suas políticas. Mas também há formas mais espontâneas de difusão: interações cívicas e profissionais, trocas comerciais ou vínculos culturais, que ocorrem sem esforço, especialmente condicionadas por atores e objetivos explicitamente políticos. Considerando o relativo desconhecimento dos propósitos, modalidades e efeitos da difusão autoritária na América Latina, é pertinente observar como a incidência russa na região — em particular, as sinergias de práticas e narrativas com governos aliados — contribui para a permanência e legitimação de lideranças e regimes autoritários na América Latina.

Dentro de alguns organismos que contribuem para a criação e expansão dessa influência, o *sharp power* representa “uma abordagem adotada por regimes autoritários, como os da Rússia e da China, que perfila, penetra e perfura os ambientes políticos e informacionais aos que se dirige” (NED, 2017). O impacto do *sharp power* visa a prejudicar e censurar a liberdade de expressão, neutralizar instituições independentes e distorcer o ambiente político, muitas vezes minando a integridade das instituições democráticas. Do ponto de vista intelectual e cultural, diversos mecanismos e instituições de colaboração acompanham a formulação de políticas no *país-alvo*, para que se alinhem às agendas e metas da autocracia que projeta seu *sharp power*. Esses mecanismos reduzem as influências tradicionais das democracias globais (Estados Unidos, Europa, Japão) na região; debilitam a coesão e as exigências das

democracias vizinhas e coalizões internacionais; ao mesmo tempo em que violam as normas liberais de discurso e criação, impactando as artes, a academia e o espaço público em geral.

Do ponto de vista da política externa, vários governos da América Latina subscrevem a princípios semelhantes aos da Rússia, como a igualdade soberana dos Estados, a não intervenção e a autodeterminação. Em um plano geral, esses princípios poderiam ser harmonizados com o funcionamento de regimes democráticos, dentro das fronteiras e nos espaços de cooperação regional. No entanto, em sua interpretação radicalmente estadocêntrica — restritiva de qualquer outro critério, como o dos direitos humanos —, esses elementos têm uma influência especial na convergência estratégica no âmbito internacional. A elaboração do conceito de uma *outra democracia*, distinta da liberal, baseado em visões populistas e nacionalistas, permite que governos como o russo dialoguem, de forma mais ou menos transparente, com governos autoritários na América Latina. E respalda a difusão autocrática.

Assim como Moscou tem seus próprios imaginários políticos oficiais em torno de uma “democracia diferente” ou “democracia soberana”, líderes, funcionários e intelectuais russos defendem o direito a projetos alternativos ao liberal, que devem ser preservados da ideia ocidental de democracia. Com base nessa perspectiva, um renomado pesquisador e diretor acadêmico russo destaca: “cada povo ou entidade tem o direito de ter sua cultura e civilização, e nem todas devem coincidir, pois existem diferenças culturais; por essa razão, os sistemas políticos não podem ser similares [...]. O mesmo ocorre na América Latina, onde muitos países não cumprem os padrões democráticos dos Estados Unidos ou da Europa. A ideia de identidade cultural está intimamente relacionada com a ideia de democracia proposta pela Rússia” (Razumovsky, entrevista em 13/04/2021).

No atual contexto das relações internacionais, outro pesquisador explica a tipologia do conceito de soberania que sustenta a narrativa e a agenda políticas das autocracias globais: “os dois princípios que são intocáveis, tanto no caso da China como

no da Rússia, são a soberania e a não intervenção [...]”. Essa é uma versão do sistema westfaliano, na qual voltamos à visão da *caixa preta* de cada Estado. Há relações entre Estados e capacidade de eventualmente projetar nossas ideias para outros Estados, mas não deve haver nenhum tipo de ingerência e, quando falamos de ingerência, esta é basicamente de caráter econômico ou militar, mas não de caráter ideológico” (Serbin, entrevista em 26/03/2021).

Em geral, a combinação de elementos populistas, antiliberais e anti-imperialistas (leia-se: anti-EUA) vai forjando certo imaginário, dentro das nações latino-americanas, favorável à fértil inserção da narrativa das autocracias globais. Por sua vez, respalda o interesse comum de governos não democráticos em obter vantagens econômicas e políticas, mantendo o controle social por meio de um consentimento fabricado. Se, além de fontes alternativas de assistência e investimento, os regimes *criollos* populistas e/ou autocráticos recebem apoio simbólico em suas narrativas por meio de fundamentos de política externa, será muito mais provável que se distanciem do paradigma democrático e que, inclusive, resistam melhor às pressões – endógenas ou exógenas – pela democratização.

A transferência de *know-how* jurídico-político procedente das autocracias globais, vinculado a ideias radicalmente estadocêntricas de soberania e não ingerência, também favoreceu o fortalecimento das restrições legais no âmbito latino-americano. É relevante examinar, em vários países da região, as consequências da crescente redução e controle de espaços independentes e de participação cidadã vinculados à criminalização de escritórios, projetos ou organizações que recebem fundos do exterior, ilegalizados e perseguidos. Pontos sensíveis são a perseguição, com recurso ao marco legal e à ação policial, ao trabalho de ativistas, jornalistas independentes e organizações autônomas. As novas leis e práticas nesses campos remetem, em vários pontos, às suas homólogas russas e chinesas. Um exemplo tem sido o punitivismo contra o surgimento e ação de movimentos e organizações alternativas, as leis de regulação da Internet e as práticas de coação das liberdades culturais e acadêmicas.

A matriz, o conteúdo e os objetivos autocráticos do *sharp power* geram restrições à liberdade acadêmica e cultural nos países receptores dos programas de influência (Pils, 2021). Em primeiro lugar, porque as instituições nativas exercem pressão como medida preventiva para evitar a reprovação dos países doadores e manter relações com estes. Em segundo lugar, porque cria o precedente para a (auto)censura preventiva e a renúncia à autonomia da academia doméstica. Finalmente, porque respalda a narrativa pró-autocrática local (cultural, da imprensa, etc.) e as tendências antidemocráticas que modificam tanto as agências governamentais quanto o espaço público e a sociedade civil, como é o caso do *ativismo de Estado* nas sociedades cubana, venezuelana ou nicaraguense (González Marro, 2021).

3. Moldando a opinião pública: incidência em instituições culturais e acadêmicas

Em sua política dirigida aos autoritarismos latino-americanos, a Rússia tem privilegiado uma “sociedade natural”, baseada na rejeição compartilhada da “ingerência estrangeira”, sempre em referência às práticas de incidência e sanções realizadas pelos Estados Unidos e pela Europa, bem como por outros governos e organizações, como a Organização dos Estados Americanos. Essa política tem uma presença importante nas colaborações a partir de centros culturais, canalizadas por suas embaixadas, assim como por meio de intercâmbios acadêmicos com ligações mediadas por partidos políticos. Por exemplo, o Centro de Pesquisas em Política Internacional — resultado da unificação dos Centros de Estudos Regionais, dependência do Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista de Cuba — realiza anualmente publicações de análises e conferências sobre estudos estratégicos internacionais, com intercâmbio com especialistas, quadros políticos e acadêmicos russos.²

Diversos acadêmicos coincidem em identificar fatores conservadores, iliberais e antiestadunidenses nas relações entre a potência eurasiática e seus aliados na América Latina: “muitos latino-americanos continuam vendo a Rússia como a União Soviética. O Estado russo rejeita a ideologia liberal, pois a forma como o Estado é construído é diferente da de um Estado de democracia liberal. Isso permite que a Rússia estabeleça relações com regimes que não são democracias liberais” (Rouvinski, entrevista em 29/04/2021).

Essa lógica tem sido fundamental para o estabelecimento de relações acadêmicas. Fundada na dinâmica da Guerra Fria, ao redor do imaginário da Revolução Cubana e sua influência no continente, é uma narrativa da qual a escola russa pós-anos 1990 continua sendo herdeira.

Embora as alianças políticas na América Latina estejam mudando, com a ascensão/saída de governos populistas de esquerda e direita, a disseminação de agendas iliberais por autocracias globais continua avançando. A Rússia promoveu suas *marcas e narrativas oficiais* na região por meio de institutos acadêmicos e culturais patrocinados pelo Estado. Além disso, tem apoiado e promovido discursos afins na mídia internacional, publicações, intercâmbios, congressos, eventos culturais e esportivos. Seguindo os objetivos do *sharp power*, seus funcionários também explicitaram essas ações ao apresentar suas iniciativas de intercâmbio cultural como parte importante da estrutura de propaganda no exterior (Putin, 2000; Bridgeman Art Library, 2009).

O estabelecimento de fundações russas garantiu o fluxo de cosmovisões orgânicas e favoráveis, supostamente inspiradas em esquemas semelhantes aos de agências ocidentais como o British Council, o Instituto Cervantes, o Instituto Goethe ou a Aliança Francesa; com ativos provenientes de patrocínios governamentais, entre outras contribuições, e despesas divididas com os países receptores, etc. No entanto, a natureza específica do regime político patrocinador faz com que a natureza dessas ações seja distinta. Embora seja possível encontrar visões plurais e críticas de seus governos nas agendas das agências ocidentais,

² Mais informações sobre sua agenda em <http://www.cipi.cu>.

o mesmo é muito difícil em casos como o russo ou o chinês (Chaguaceda & Elnagdy, 2021).

Sob os governos de Vladimir Putin, esses vínculos ganharam novos brios. A Fundação Russkiy Mir (Russian World Foundation) foi criada por decreto presidencial em 2007 como uma organização destinada a promover o idioma russo, bem como “formar o mundo russo como um projeto global”.³ Essa intenção teve como precedente no ano 2000 a promoção do que Putin chamou de “uma percepção positiva da Federação Russa no mundo, para popularizar o idioma e a cultura do povo russo em Estados estrangeiros”. Desde então, Moscou estabeleceu 235 institutos em 70 países, com presença na América Latina em, entre outros, Cuba, Equador, México e Venezuela.

A agência Rossotrudnichestvo (Federal Agency for the Commonwealth of Independent States Affairs, Compatriots Living Abroad, and International Humanitarian Cooperation) foi criada, também por decreto presidencial, em 2008.⁴ Conta com três Centros Russos de Ciência e Cultura na região, e seus representantes trabalham nas embaixadas da Rússia no Brasil, Venezuela, Cuba, México e Nicarágua. Na descrição de sua diplomacia pública, a agência afirma: “a capacidade do *poder brando* serve cada vez mais à agenda externa da Federação Russa, incluindo questões como garantir um ambiente favorável, criar alianças de modernização e fortalecer a integração eurasiática. A diplomacia pública contribui não apenas para fortalecer sentimentos de bondade para com nosso país, mas também para promover interesses estatais específicos de política externa em nível social e interpessoal.”⁵

No campo cultural, a Rossotrudnichestvo iniciou um intercâmbio com diferentes programas e festivais de relevância regional, como a Feira

Internacional do Livro de Havana e a Feira Internacional do Livro no México, entre outros eventos em que a Rússia foi país convidado. Como balanço desse trabalho, a agência assegura sua experiência positiva a longo prazo, o que indica “sua eficácia como ferramenta de diplomacia pública que influencia a mente e a consciência do público estrangeiro. Elas ajudam a promover uma percepção positiva da Rússia no mundo e representam um importante canal para o desenvolvimento da cooperação internacional”.⁶

Na dimensão acadêmica, oferece o programa *New Generation*, um fórum para jovens líderes latino-americanos e espanhóis nas áreas de economia, política, colaboração científica e cultural, em viagens de “troca, amizade e cooperação”, em que o trabalho do escritório “é definido pelo conceito de promoção da educação russa com base nos Escritórios de Representação da Rossotrudnichestvo no Exterior, aprovado em 27 de março de 2014. O conceito visa a criar um sistema de medidas efetivas para a promoção do ensino superior russo no exterior, bem como a criação de meios de informação e apoio à coordenação das atividades das universidades no desenvolvimento das relações internacionais”.

Os mecanismos acadêmicos funcionam como *porta-vozes* ou canais de ativismo, por meio de fundações culturais e associações de amizade. Alimentam os valores e afetos políticos da opinião pública internacional, indo além da agenda científica para abranger transferências de políticas e projeções estratégicas. Dessa forma, embora possam ser retratados como centros “inofensivos” de poder brando, esses institutos operam reforçando a agenda (com objetivos e ações específicas) do governo russo para promover sua doutrina e cosmovisão oficiais.

Nesse sentido, **produtos acadêmicos e culturais que apoiam diversos fins políticos, diplomáticos e econômicos fazem parte da diplomacia pública desses Estados, especialmente quando se trata de estudos geopolíticos, relatórios de**

3 Decreto presidencial n.º 796, de 21 de junho de 2007, que estabelece a Fundação Russkiy Mir. Vide <http://www.russkiymir.ru/russkiymir/en/fund/index.nested/decree_text.html>.

4 Decreto presidencial n.º 1315, de 6 de setembro de 2008. Vide <<http://www.consultant.ru/cons/cgi/online.cgi?req=doc&base=LAW&n=309619&fld=134&dst=100000001,0&rnd=0.4109427282446054#02584158686772026>>.

5 <<http://rs.gov.ru>>.

6 <<https://rs.gov.ru/en/activities/4/projects/8>>.

política internacional e análises conjunturais regionais. Eles criam uma agenda orgânica a seus interesses (anti-imperialista, soberanista, etc.), por meio de mecanismos especializados (doações para programas de estudos, intercâmbios acadêmicos, etc.) que contribuem para um ecossistema em que as posições liberais e pluralistas são estigmatizadas e oferecem respaldo intelectual para governos que violam os direitos humanos. Tudo isso a partir de uma abordagem que reduz, *de facto*, o trabalho da academia ao serviço a interesses estatais.

Esses paradigmas são disseminados por um ativismo acadêmico e uma academia que os acompanha em colaboração com esses países e com uma produção significativa de congressos, pesquisas, artigos e folhetos que reforçam sua mensagem (Mare & Thiemann, 2021). Essa influência é amplificada se levarmos em conta **que os acadêmicos contemporâneos se comportam como criadores de conteúdo** (revistas, colunas, editoriais, palestras, etc.). Por sua vez, o posicionamento dessas contranarrativas pode funcionar como uma rede transnacional efetiva: insere reclames e estabelece uma *mentalidade de campanha* organizada e sistemática. Nas articulações mais comuns atualmente, como aquelas estabelecidas entre universidades e colégios, agências de viagens e museus, e outros provedores de programas educacionais e acadêmicos, consegue evitar restrições políticas, bem como realizar convênios diretos.

Tudo isso confere legitimidade aos mecanismos de colaboração, permite fortalecer movimentos multilaterais e resistir a pressões da comunidade internacional pela defesa dos direitos humanos. Paralelamente, auxilia na promoção do ativismo político radical no exterior, facilita a concretização de pactos lucrativos e, em geral, a retenção do poder interno. A esse respeito, o diretor interino do *Institute for Latin American Studies of the Russian Academy of Sciences* (ILA RAN) explica: “nos anos 2000, a Rússia entendeu que precisava de agentes de influência como, por exemplo, contatos de intelectuais na América Latina [...]. A Rússia busca seus contatos, como o cientista político argentino Atilio Borón, que tem muitos vínculos

Embora possam ser retratadas como centros “inofensivos” de poder brando, fundações culturais e associações de amizade operam reforçando a agenda do governo russo para promover sua doutrina e cosmovisão oficiais

com a Rússia e com partidos de esquerda. Ele não é um agente da Rússia, mas a Rússia o utiliza como colaborador para divulgar sua mensagem e valores na América Latina. Outro exemplo é a ex-embaixadora da Bolívia na Rússia, María Luisa Serrano. Uma intelectual de esquerda, que tem vínculos muito bons com forças políticas da Rússia” (Razumovsky, entrevista em 13/04/2021).

Por sua vez, o renomado historiador Viktor Jeifets, professor da Escola de Relações Internacionais da *St. Petersburg State University*, amplia o exposto ao se referir ao nexo das instituições russas (especialmente no âmbito acadêmico) com o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO): “eles nos servem para estabelecer contatos na América Latina, e [servimos] a eles para estabelecê-los na Rússia. Embora ultimamente CLACSO esteja adotando uma linha muito neoleninista e nós estejamos mais abertos, temos pessoas de diferentes ideologias” (Jeifets, entrevista em 13/03/2021).

Em sua atualização, o discurso anti-imperialista e crítico às políticas estadunidenses na região são um ponto comum em torno do qual se posicionam outros eixos distintivos motivados pelo pragmatismo e pela conveniência comercial. Sobre esse ponto, o diretor do Centro de Pesquisas Interdisciplinares (CIES) da *Icesi University*, na Colômbia, explica que há uma aliança com os países que têm um discurso anti-EUA: “a Rússia, que é um país capitalista e não tem nada a ver

com a ideologia comunista, constrói suas relações internacionais com base em pontos simbólicos como a inimizade com os Estados Unidos. A Rússia pretende substituir a ordem internacional existente por algo novo que não seja liderado pelos Estados Unidos, no qual a Rússia possa ter uma maior participação e um maior papel. Essa retórica coincide com a de alguns países da América Latina” (Rouvinski, entrevista em 29/04/2021).

4. Impacto na arena política latino-americana

A diplomacia pública russa ofereceu e ampliou alternativas discursivas aos populismos e autoritarismos latino-americanos a partir de seu antagonismo histórico com os Estados Unidos e outros atores democráticos regionais e globais. Uma primeira constante nesse imaginário é a denúncia das “ameaças de agressão norte-americana”, em que a Rússia tem se mostrado como promotora de um discurso (seletivo) de não interferência estrangeira. Para projetar essas ideias, a Rússia aproveitou sua presença como parceira extrarregional nas coalizões latino-americanas (CELAC, ALBA) em que os Estados Unidos e os aliados ocidentais não estão presentes ou foram excluídos, privilegiando uma narrativa “anti-imperialista” em favor de regimes e movimentos liberais.

A Rússia respondeu a demandas explícitas de governos que necessitaram colocar-se em sua esfera de influência. Essa relação tem importantes antecedentes históricos. Começou tanto em Cuba quanto na Nicarágua, quando seus governos declararam o caráter socialista da Revolução Cubana (1961) e da Revolução Sandinista (1979), respectivamente, uma dinâmica que se manteve durante os anos 2000 com os governos de Hugo Chávez, Rafael Correa e Evo Morales. Com os picos de atividade diplomática em 2008 e 2014, o relacionamento com os países da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), com ênfase na Venezuela, Cuba, Nicarágua e Bolívia, estreitou interesses específicos entre essas nações. O *triângulo caribenho*, composto pelos três primeiros

e sustentado por suas relações políticas e militares desde a Guerra Fria, serviu de base para a penetração geopolítica na região. Em particular, após a ruptura da cooperação russa com o Ocidente como consequência das guerras na Geórgia e na Ucrânia, essas alianças buscaram desenvolver maior credibilidade mútua para suas instituições.

Especialmente desde a crise na Ucrânia, a anexação da Crimeia pela Federação Russa e a guerra em Donbass, mecanismos multilaterais têm sido adotados na região como forma de contrabalançar a polarização da opinião pública internacional. Governos latino-americanos pontuais tiveram uma posição unificada a esse respeito. A liderança cubana, por exemplo, acusou o governo ucraniano de ser “antirruso, antiucraniano e pró-imperialista” (Castro, 2014). Evo Morales e Daniel Ortega também respaldaram abertamente o Kremlin e culpavam os Estados Unidos e a Europa Ocidental. O presidente venezuelano, Nicolás Maduro, afirmou que os Estados Unidos e a Europa Ocidental trariam de volta a Guerra Fria ao isolar a Federação Russa por seu papel na crise da Ucrânia.

No entanto, a perspectiva multilateral não tem sido uma frente unificada na política externa desses governos. O diretor da ILA RAN exemplifica essa divergência e sua natureza quando adverte: “para a Rússia, o sistema é muito mais complicado que a multipolaridade. Por exemplo, o Equador, que era parceiro da Rússia, em 2008 se recusou a reconhecer a Abecásia e a Ossétia do Sul como independentes, algo que Cuba e Nicarágua fizeram [...]. Outro ponto importante é que alguns assessores russos afirmaram que a Rússia estabelece relações com as elites da América Latina e não com seus povos. Além disso, algumas pesquisas demonstraram que o país latino-americano que tem a pior percepção da Rússia é a Venezuela, que desde o governo Chávez é nosso principal parceiro. Sendo a Venezuela nosso principal parceiro, isso acontece porque as relações se desenvolvem entre as elites do Estado russo e as de outros países, e não com os povos” (Razumovsky, entrevista em 13/04/2021).

Nesse sentido, podemos afirmar que as relações no nível das elites governamentais permitem uma

O posicionamento das contranarrativas “anti-imperialistas” geradas pela diplomacia pública russa pode funcionar como uma rede transnacional efetiva: insere reclames e estabelece uma mentalidade de campanha organizada e sistemática

influência sem precedentes nas nações parceiras. Alheias à transparência e isentas da prestação de contas, permitem acordos que violam os critérios legais das democracias liberais, a despeito dos interesses e da opinião pública.

Os casos da Rússia e da Venezuela — que serão objeto de uma análise posterior nesta mesma série, focada na convergência de narrativas iliberais — representam dois processos emblemáticos e paralelos de autocratização no século XXI. Os regimes personalistas de seus líderes políticos (Vladimir Putin, Hugo Chávez, Nicolás Maduro) estreitaram o diálogo, a colaboração e o apoio mútuo em suas relações políticas. Suas práticas convergem na eliminação progressiva de instituições e atores democráticos (partidos de oposição, mídia e organizações da sociedade civil). Paralelamente, ambos governos garantiram uma forte presença do Estado na economia, baseada em relações de clientelismo e neopatrimonialismo.

A sinergia geopolítica de todos os elementos mencionados privilegiou a Venezuela como porta de entrada russa ao mercado e espaço regional latino-americano, não apenas econômico, mas também acadêmico, cultural e midiático. Por sua vez, a Rússia oferece um contrapeso diplomático como aliado global contra os Estados Unidos,

contra outros aliados democráticos e contra o questionamento e a reprovação da comunidade internacional. Levando em conta os resultados das entrevistas realizadas, não podemos situar as sinergias ideológicas de ambos países dentro dos parâmetros convencionais da Guerra Fria, mas sim perceber os possíveis pontos de contato e *affordances* entre conservadorismo, nacionalismo russo, bolivarianismo venezuelano e socialismo do século XXI (Tsygankov & Tsygankov, 2021).

Esses repertórios encontram suas “câmaras de eco” na academia latino-americana (Bartlett & Miller, 2012), levando em conta que a metodologia da academia latino-americana com a democracia é deficiente do ponto de vista axiológico e ideológico. Nos círculos de esquerda da América Latina, permanece uma hegemonia ideológica com arraigamento antiliberal e antiplural. A esquerda radical possui maior capacidade de influência pública do que os intelectuais moderados de esquerda ou direita. A esquerda radical está super-representada nas instituições acadêmicas, nos debates públicos e na produção editorial. Por exemplo, diversas intervenções em fóruns, com intelectuais de influência pública, em artigos de opinião, entre outras iniciativas acadêmicas, minimizaram ou condicionaram as críticas às violações de direitos humanos em países como Venezuela, Cuba e Nicarágua.⁷ Esse processo se fortalece e expande por meio de nodos iliberais com conexões políticas, nos quais uma parte da academia latino-americana opera em colaboração com a russa, e em espaços adjacentes aos ministérios das relações exteriores de ambos países.

5. Conclusões

Podemos distinguir três eixos temáticos na influência intelectual e cultural do autoritarismo na América Latina: o diálogo entre autocracias (enquanto tipo de regime), a difusão de ideias

⁷ Sobre essa questão, vide o *efeito Sartre* em Uzcátegui (2021).

iliberais (enquanto tipo de ideologia) e a operatividade do *sharp power* (enquanto conjunto de objetivos e formas de projeção). Baseiam-se tanto em elementos materiais quanto intangíveis de domínio simbólico, cognitivo e ideológico. Além disso, fundamentam a legitimação de governanças autoritárias (próprias ou aliadas) e implantam redes intergovernamentais capazes de convergir e apoiar governos afins. Nessa perspectiva, a promoção e disseminação da autocracia no continente se traduz em ações para proteger ou preservar os regimes aliados das agendas democráticas de solidariedade.

A promoção autocrática não apresenta uma frente com arestas ideológicas ou estratégicas claramente definidas. Pode ser avaliada como a intencionalidade de um ator externo de fortalecer a autocracia como forma de regime político, a partir de um exercício ativo, com motivação ideológica, mas com efeitos diversos. **A promoção autocrática dirigida à América Latina está longe de estruturar a projeção de ideologias referentes, ao estilo do século XX e da Guerra Fria (leia-se: esquerda versus direita).** O avanço do projeto autoritário pode ser entendido preferencialmente em termos de interesses estatais, orientados à preservação dos interesses geoestratégicos e ao fortalecimento do regime autoritário.

A abordagem dominante desse tipo de poder no território de estudo ilustra uma determinação autoritária de monopolizar ideias, suprimir narrativas alternativas e explorar instituições associadas, em que os campos acadêmico, intelectual e cultural servem como esferas encobertas de influência autocrática. Como consequência, um viés antiocidental e antiliberal se amplifica no panorama geopolítico e midiático da autocracia em desenvolvimento.

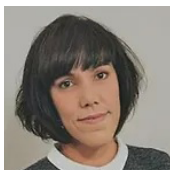
Concretamente, podemos concluir que a cooperação autocrática entre a Rússia e seus parceiros latino-americanos está revitalizando o alcance da Rússia na região. Fortalece-se, portanto, uma confluência bilateral de valores e posições opostos à defesa da democracia, em sintonia com o *sharp power* russo, entre atores relevantes da intelectualidade, dentro da organização acadêmica e das forças políticas autocráticas latino-americanas.

Bibliografía

- AHRAM, A. e GOODE, P. (2016). Observing autocracies from the ground floor. *Soc. Sci. Q.*, 97, 834-849.
- ALFONSO, L. (11 de novembro de 2021). Rusia tiene un rol en la represión de los manifestantes del 11J y los promotores del 15N en Cuba. *Diario de Cuba*. https://diariodecuba.com/derechos-humanos/1636629049_35442.html
- AMBROSIO, T. (2010). Constructing a framework of authoritarian diffusion: concepts, dynamics, and future research. *International Studies Perspective*, 11, 375-392.
- BARTLETT, J. e MILLER, C. (2012). Truth, lies and the internet: exploring digital fluency. *School Librarian*, 60(1), 6-9.
- BRIDGEMAN ART LIBRARY. (24 de outubro de 2009). A message from Confucius. New ways of projecting soft power. Special Report. <https://www.economist.com/special-report/2009/10/24/a-message-from-confucius>
- CASTRO, F. (18 de julho de 2014). Provocación insólita. *Cuba Debate*. <http://www.cubadebate.cu/opinion/2014/07/18/articulo-de-fidel-provocacion-insolita/>
- CHAGUACEDA, A. e ELNAGDY, A. (20 de outubro de 2021). La sociedad civil en las Américas: entre la sumisión autoritaria y la autonomía democrática, *Diálogo Político*. <https://dialogopolitico.org/debates/la-sociedad-civil-en-las-americas-entre-la-sumision-autoritaria-y-la-autonomia-democratica/>
- CHINA COPYRIGHT AND MEDIA. (12 de novembro de 2013). Xi Jinping's 19 August speech revealed? (Translation). <https://chinacopyrightandmedia.wordpress.com/2013/11/12/xi-jinpings-19-august-speech-revealed-translation>.
- GONZÁLEZ MARRERO, C. (2021). El activismo de Estado en Cuba, violencia estructural y dominación. Em: L. ÁLVAREZ e H. E. HERNÁNDEZ (eds.), *Práctica cívica*. Miami: Hypermedia.
- JACKSON, N. (2010). The role of external factors in advancing non-liberal democratic forms of political rule: a case study of Russia's influence on Central Asian regimes. *Contemporary Politics*, 16 (1), 101-118.
- KNEUER, M. e DEMMELHUBER, T. (2016). Gravity centres of authoritarian rule: a conceptual approach. *Democratization*, 23, 775-796.
- LARUELLE, M. (12 de abril de 2021). Illiberalism: A Conceptual Introduction. *Illiberalism Studies Program*, George Washington University. <https://www.illiberalism.org/illiberalism-conceptual-introduction>
- MARE, C. e THIEMANN, L. (2021). *Academia conducida: Contextos y públicos en el proceso de significación internacional de la Revolución cubana después de 1991*. México: Gobierno y Análisis Político AC.
- NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY (NED). (2017). *Sharp Power: Rising Authoritarian Influence*. <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2017/12/Introduction-Sharp-Power-Rising-Authoritarian-Influence.pdf>
- PILS, E. (2021). Complicity in democratic engagement with autocratic systems. *Ethics & Global Politics*, 14(3), 1958509, doi: 10.1080/16544951.2021.19585
- PUTIN, V. (2000). The Foreign Policy Concept of the Russian Federation. <https://www.bits.de/EURA/russia052800.pdf>
- TSYGANKOV, A. P. e TSYGANKOV, P. A. (2021). Constructing National Values: The Nationally Distinctive Turn in Russian IR Theory and Foreign Policy. *Foreign Policy Analysis*, 17(4), orabo22.
- UZCÁTEGUI, R. (2021). *La rebeldía más allá de la izquierda. Un enfoque post-ideológico para la transición democrática en Venezuela*. Naufrago de Ítaca Ediciones, 2021.
- VANDERHILL, R. (2007). *How external actors influence authoritarian regimes: Russia and its East European neighbours*. ISA Paper, Chicago.
- WEYLAND, K. (2019). *Revolution and Reaction: The Diffusion of Authoritarianism in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WEYLAND, K. (2017). Autocratic diffusion and cooperation: the impact of interests vs. ideology. *Democratization*, 24(7), 1235-1252.

Entrevistas

- JEIFETS, Viktor. School of International Relations, St. Petersburg State University. 13/03/2021.
- RAZUMOVSKY, Dimitry. Institute for Latin American Studies of the Russian Academy of Sciences (ILARAN). 13/04/2021.
- ROUVINSKI, Vladimir. Interdisciplinary Research Center (CIES), Icesi University. 29/04/2021.
- SERBIN, Andrés. Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES). 13/03/2021 e 05/07/2021.



Claudia González Marrero

Doutora em Estudos Culturais, Universidad Justus Liebig (Giesen, Alemanha). Mestre em História Contemporânea e Relações Internacionais e Bacharel em História (Universidade de Havana). Especializada em estudos de história e teoria política dos totalitarismos. Faz parte da *Latin American Studies Association* (LASA). Pesquisadora associada em *Gobierno y Análisis Político A. C.* (GAPAC, México). Suas publicações recentes incluem “Memes, sátiras e tropos em Cuba: humor digital como infrapolítica no pós-revolução” (Universidade Sergio Arboleda, 2020) e “Literatura, política e sociedade: quatro representações de imaginários na revolução cubana” (Hypermedia, 2021).



Armando Chaguaceda

Bacharel em Educação (2000) e História (2006). Mestre em Ciência Política (2004). Doutor em História e Estudos Regionais (2012). Especializado no estudo da relação sociedade civil-democratização-autoritarismo na América Latina e na Rússia. Pesquisador em *Gobierno y Análisis Político A.C.* (GAPAC, México). Coautor e coordenador de vários livros, bem como autor de dezenas de artigos acadêmicos e de opinião sobre as temáticas mencionadas, publicados nos Estados Unidos, Europa e América Latina, regiões em que realizou diversas conferências e estadias de pesquisa.

